

## FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PROPOSTA DE PESQUISA E INOVAÇÃO RESPONSÁVEIS: A EXPERIÊNCIA NO QUILOMBO DO MEL EM MACAPÁ-AP

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão\*

### RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre formação continuada como proposta de pesquisa e inovação responsáveis em comunidade quilombola. Trata-se do resultado de uma pesquisa realizada no Quilombo do Mel da Pedreira em Macapá-AP. O estudo adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a entrevista semiestruturada e uma ação colaborativa por meio de Oficina Pedagógica como forma de investigação. Os resultados apontam possibilidades de enriquecimento do currículo e da prática escolar por meio de formação continuada para a educação das relações étnico-raciais, em especial para a educação escolar quilombola. A pesquisa revela que a implementação da maioria das políticas educacionais para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais tem ficado somente no papel, ou seja, no discurso e nos documentos oficiais, pois na prática, isso não tem se efetivado de fato e de direito. O estudo revela ainda que apesar das políticas públicas para a educação quilombola caminharem em passos muito lentos na região, pois são normalmente ações pontuais e fragmentadas, sem articulação com a realidade local, apresentando-se muitas vezes de maneira genérica e superficial, há iniciativas positivas após a realização da Oficina Pedagógica. Diante desse contexto, acreditamos que a formação continuada seja uma das possibilidades de inovações responsáveis em educação para contribuir com a qualidade da educação quilombola no Amapá.

**Palavras-chave:** Educação escolar quilombola. Formação continuada. Pesquisa e inovação responsáveis. Amapá.

---

\* Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente é Coordenador e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Madre Tereza em Santana-Amapá-Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: [elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)

**CONTINUED TRAINING AS PROPOSAL FOR RESEARCH AND RESPONSIBLE INNOVATIONS: THE EXPERIENCE IN THE QUILOMBO OF HONEY IN MACAPÁ-AP**

**CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão\***

**ABSTRACT**

*This article aims to reflect on continuing education as a research proposal and responsible innovations in quilombola community. This is the result of a research carried out in Quilombo do Mel da Pedreira in Macapá-AP. The study adopted the bibliographical research, the documentary analysis, the semi-structured interview and a collaborative action through Pedagogical Workshop as a form of investigation. The results point to possibilities for enriching the curriculum and school practice through continuing education for the education of ethnic-racial relations, especially for quilombola school education. The research reveals that the implementation of most educational policies for the realization of education for ethnic-racial relations has been only on paper, that is, in official discourse and documents, since in practice this has not actually taken place and right. The study also reveals that although public policies for quilombola education are moving very slowly in the region, since they are usually punctual and fragmented actions, without articulation with the local reality, often presenting in a generic and superficial way, there are positive initiatives after the Pedagogical Workshop. Given this context, we believe that continuing education is one of the possibilities for responsible education innovations to contribute to the quality of quilombola education in Amapá.*

**Keywords:** *Quilombola school education. Continuing education. Responsible research and innovation. Amapá.*

---

\* Postdoctoral studies in Education, Federal University of Amapá (UNIFAP). He is currently Coordinator and Professor of the Pedagogy Course at Madre Tereza College in Santana-Amapá-Brazil. Member of the Research Group on Education, Interculturality and Ethnic-Racial Relations (UNIFAP/CNPq). E-mail: [elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)

**FORMACIÓN CONTINUADA COMO PROPUESTA DE INVESTIGACIÓN E  
INNOVACIONES RESPONSABLES: LA EXPERIENCIA EN EL QUILOMBO DEL  
MEL EN MACAPÁ-AP**

**CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão\***

**RESUMEN**

*El presente artículo objetivo refleja sobre formación continuada como propuesta de investigación e innovaciones responsables en comunidad quilombola. Se trata del resultado de una investigación realizada en el Quilombo del Mel de la Pedreira en Macapá-AP. El estudio adoptó la investigación bibliográfica, el análisis documental, la entrevista semiestructurada y una acción colaborativa a través de Taller Pedagógico como forma de investigación. Los resultados apuntan posibilidades de enriquecimiento del currículo y de la práctica escolar a través de una formación continuada para la educación de las relaciones étnico-raciales, en especial para la educación escolar quilombola. La investigación revela que la implementación de la mayoría de las políticas educativas para la efectividad de la educación para las relaciones étnico-raciales ha quedado sólo en el papel, es decir, en el discurso y en los documentos oficiales, pues en la práctica, eso no se ha hecho efectivamente de derecho. El estudio revela que a pesar de las políticas públicas para la educación quilombola caminar en pasos muy lentos en la región, pues son normalmente acciones puntuales y fragmentadas, sin articulación con la realidad local, presentándose muchas veces de manera genérica y superficial, hay iniciativas positivas después de la realización del Taller Pedagógico. Ante este contexto, creemos que la formación continuada es una de las posibilidades de innovaciones responsables en educación para contribuir con la calidad de la educación quilombola en Amapá.*

**Palabras clave:** Educación escolar quilombola. Formación continua. Investigación e innovación responsable. Amapá.

---

\* Post-doctorado en Educación por la Universidad Federal de Amapá (UNIFAP). Actualmente es Coordinador y Profesor del Curso de Pedagogía de la Facultad Madre Tereza en Santana-Amapá-Brasil. Miembro del Grupo de Investigación Educación, Interculturalidad y Relaciones Étnico-Raciales (UNIFAP/CNPq). E-mail: [elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a questão racial no Brasil não é algo reservado e de interesse somente de pessoas ligadas ao grupo e/ou ao Movimento Negro. Trata-se de uma questão nacional, pois envolve toda a sociedade negra e branca ao mesmo tempo. Nesse sentido, este assunto é de suma importância para a sociedade brasileira, pois é necessário criar ou buscar mecanismos baseados em ações, práticas e estratégias para a superação do racismo, da discriminação e da desigualdade racial.

No Brasil, após a alteração da Lei nº 9.394/1996 pela sanção da Lei nº 10.639/2003 e sua posterior regulamentação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica.

A partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. Foram criadas ainda, formas efetivas para o enfrentamento e a eliminação do racismo cultural, institucional e da discriminação nos contextos educacional e social.

De acordo com as DNC, temos a possibilidade de desmitificar a ideologia da igualdade racial, bem como viabilizar a valorização da pluralidade étnico-racial na educação brasileira. Partindo da perspectiva de que existe todo um marco legal que garante o direito e a permanência do estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo das escolas brasileiras e que essas reflexões devem estar presentes no currículo escolar, principalmente em escolas localizadas nas comunidades quilombolas, objetivamos entender até que ponto o currículo, os projetos, as ações e programas desenvolvidos na educação pública escolar quilombola no Amapá têm contribuído e/ou interferido no processo civilizador dos remanescentes de quilombo que se encontram nas escolas públicas quilombolas amapaenses.

Consideramos a presente pesquisa muito importante para a educação escolar quilombola no Brasil, e para a ciência, porque contribui para a reflexão e discussão sobre a importância da formação continuada em espaços quilombolas, onde a cultura, a história, a memória e a identidade quilombola estejam não somente no discurso, mas na prática e no

cotidiano escolar. Assim, o presente trabalho objetiva refletir sobre a educação escolar quilombola no estado do Amapá, em especial sobre a formação continuada como proposta de pesquisa e inovação responsáveis em escolas quilombolas.

A escolha do tema sobre a formação continuada em espaço quilombola se justifica pela urgência de pensarmos sobre a qualificação profissional na atualidade, sobre a ausência de compromisso e compreensão do ensino quilombola no espaço escolar, bem como a falta de políticas educacionais para qualificação desses profissionais. Assim, temos consciência de que discussões teóricas sobre tais questões são fundamentais para que possamos compreender as situações vivenciadas no dia-a-dia, isto é, no cotidiano escolar, pois “o eu pessoal e o eu profissional” não podem ser separados (NÓVOA, 1992, p. 15).

Acreditamos que a formação continuada por meio de Oficinas Pedagógicas seja uma prática enriquecedora que se diferencia dos programas tradicionais de formação continuada nos quais são transmitidos aos professores uma enxurrada de informações teóricas sem conexão com sua realidade local. Nesse contexto, o trabalho teve por objetivo, ainda, discutir, conversar, trocar experiências de forma colaborativa com intuito de favorecer ao professor e demais moradores do quilombo, uma visão mais crítica de seu contexto escolar e da realidade de seus alunos, passando assim a entender que a construção do conhecimento se dá de forma coletiva e com a participação de todos.

Destacamos que este trabalho é um recorte de um estudo etnográfico de natureza qualitativa que adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a entrevista semiestruturada e uma ação colaborativa por meio de formação continuada (Oficina Pedagógica) no âmbito da Tese de Doutorado em Teologia (Religião e Educação) defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST - São Leopoldo/RS-Brasil (CUSTÓDIO, 2017). O estudo foi realizado na Escola Estadual Antônio Bráulio de Souza localizada no Quilombo do Mel da Pedreira em Macapá-AP.

A fim de alcançar o objetivo suscitado, estruturamos este artigo em cinco seções. Na primeira seção trazemos uma reflexão sobre formação continuada: espaço de reflexão e construção de saberes. Na segunda seção, discorremos sobre pesquisas e inovações responsáveis: possibilidades e desafios. Na terceira seção, apresentamos os caminhos da pesquisa. Na quarta seção, discorremos sobre a comunidade quilombola do Mel da Pedreira: experiências e vivências da Escola Antônio Bráulio de Souza. Na seção subsequente,

abordamos sobre a fundamentação, caminho teórico-metodológico e resultados da oficina pedagógica: a proposta colaborativa. Por fim, tecemos as considerações finais.

## 2 FORMAÇÃO CONTINUADA: ESPAÇO DE REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO DE SABERES

Refletir sobre a formação inicial e/ou formação continuada de professores na atual sociedade é da maior importância e urgência. O enfrentamento dos problemas existentes na sua formação, na qual a articulação entre a técnica, o conhecimento e a análise crítica precisam ser elementos presentes e imbricados, com vistas a preparar professores/as que sejam formadores/as de cidadãos, considerados pessoas autônomas, capazes de selecionar, identificar e analisar informações, em interação social, a fim de construir um juízo crítico.

Segundo Gatti *et al.* (2010), cada vez mais a questão da formação de professores/as assume importância ante as exigências que são colocadas diante da educação básica na sociedade contemporânea. Pesquisar aspectos ligados aos cursos formadores de professores/as, aspectos relativos aos planos de carreira e salários, formação continuada e condições de trabalho nas escolas, tornou-se importante e necessário para se conseguir lutar por mudanças que sejam essenciais e bem fundamentadas.

Na história da educação brasileira, a questão da formação desse profissional foi marcada por avanços e retrocessos que nem sempre corresponderam aos anseios da sociedade. Nóvoa (1992, p. 9) já enfatizava que “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”.

Ao considerar o espaço escolar como o *locus* privilegiado da formação continuada dos professores, Candau (1996, p. 144) destaca que esse processo precisa apoiar-se numa prática reflexiva, capaz de identificar os problemas e buscar soluções, ou seja “[...] uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar”.

Para a legislação vigente, a educação escolar quilombola requer professores/as habilitados/as e competentes. Essas condições impõem novas exigências a esse ensino no currículo escolar e ampliam-se os requisitos do profissional que poderá atuar na área. O ensino quilombola e a formação de professores significam a possibilidade de uma nova forma de se educar para a identidade e diversidade cultural, assim como auxiliam na promoção da dignidade, respeito e liberdade individual, em clima de diálogo.

Entendemos que o grande desafio das políticas educacionais no Brasil é incorporar reflexão aos processos de construção do ser humano, de conhecimento, de valores, da ética, da diversidade e da identidade. Repensar as questões educacionais à luz de uma nova ótica significa administrar direitos de sujeitos históricos e concretos; significa voltar os olhos ao ser humano e não só as estruturas do sistema. Para Feldmann, essas questões

Repetem-se para a importância que a educação assume nesse momento e para os desafios de ser professor no atual contexto escolar. O professor do século XXI necessita mudar sua postura perante o conhecimento. De pretense dono do saber, o educador passa a ser um mediador entre o conhecimento sistematizado e as necessidades do aluno na possibilidade de ampliar e diversificar formas de interagir e compartilhar experiências em novos tempos e espaços (FELDMANN, 2003, p. 149).

E nessa reflexão e discussão teórica sobre a formação continuada de professores incluem-se os professores de educação quilombola. E nesse cenário, o grande desafio das políticas educacionais no Brasil é incorporar reflexão aos processos de construção do ser humano, de conhecimento, de valores, da ética e da identidade cultural.

Teodoro (1987) ao tratar sobre a questão da cultura, identidade e da educação, enfatiza que a soma das identidades individuais, dentro de um contexto determinado, forma a identidade cultural de um grupo étnico ou de uma sociedade. E que essa transmissão de saber se dá pela cultura, pelo ensino e pela educação. Ou seja, é necessário no processo de ensino e aprendizagem atentar para as diversidades que compõem e/ou que representam uma mesma cultura. Assim, (re)pensar as questões educacionais à luz de uma nova ótica significa administrar direitos de sujeitos históricos e concretos; significa voltar os olhos ao ser humano e não só as estruturas do sistema.

Ao refletir sobre a qualificação do professor, Valente (2001) destaca que a implantação de políticas educacionais de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o desenvolvimento do país, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas. Por essa razão, não basta apenas pensar em reformas educacionais se não houver uma adequada política pública de formação inicial e continuada. No entanto, Nóvoa (1992, p. 25) afirma que:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as

práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Somos conhecedores de que a formação do profissional da educação não se efetiva de uma só vez: é um processo que não se produz apenas no interior de um grupo, nem se faz apenas por meio de um curso. É o resultado de condições históricas, conjugadas ao fazer político, ou seja, “faz parte necessária e intrínseca de uma realidade concreta e determinada, realidade esta que não pode ser tomada como coisa pronta e acabada, ou que se repete indefinidamente, mas uma realidade que se faz no cotidiano” (ALVES, 1995, p. 66).

Na verdade, os cursos de formação de professores devem possibilitar aos docentes, antes de tudo, superar o modelo de racionalidade técnica para lhes assegurar a base reflexiva na sua formação e atuação profissional, ou seja, precisamos caminhar em outra direção. Inspirados em Contreras (2002), afirmamos que é necessário resgatar a base reflexiva da atuação profissional com o objetivo de entender a forma com que realmente se abordam as situações problemáticas da prática.

Nessa perspectiva, o momento requer uma formação acadêmica adequada, pois o “como fazer” está ligado à sua formação como educador/a e àquilo em que acredita. No entanto, somos conhecedores de que trabalhar ações de políticas educacionais para formação de professores/as, não é tarefa fácil, pois lidamos com questões complexas como, por exemplo, o respeito à diversidade e à alteridade no espaço escolar.

Nesse sentido, precisamos assegurar que a formação de professores/as possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos discentes em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, a da educação dos sentidos, da estética, da ética e dos valores emocionais.

Sendo assim, é preciso (re)pensar a formação de professores/as a partir do contexto de seu trabalho, pois não podemos considerar essa formação descolada ou distanciada da reflexão crítica acerca da sua realidade. Precisamos refletir sobre essa dimensão por meio de propostas curriculares, de atividades e/ou ações que permitam a compreensão da dinâmica e das relações que ali se estabelecem.

### 3 PESQUISAS E INOVAÇÃO RESPONSÁVEIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A política da Pesquisas e Inovação Responsáveis (*Responsible Research and Innovation - RRI*) criada pela Comissão Europeia em 2011 se constitui em uma abordagem que envolve pesquisadores, cidadãos, políticos, empresas, organizações governamentais e não governamentais para colaborarem com processos de investigação e inovação (docência, prática curricular, formação continuada, distintas modalidades educativas em múltiplos contextos e culturas, entre outras) com foco tanto no processo como também nos resultados.

Assim, a partir dessa perspectiva, e com base em alguns princípios da RRI, como por exemplo: engajamento público, ética, educação científica, igualdade de gênero, entre outros, procuramos, por meio da formação continuada em uma Oficina Pedagógica, proporcionar aos quilombolas do Mel da Pedreira-AP, um momento de reflexão e construção de conhecimento para fortalecimento da prática pedagógica curricular em temáticas como: cidadania, direitos humanos, ética, cultura, identidade cultural, entre outros temas pertinentes à comunidade local.

Acreditamos que a RRI traz benefícios econômicos, sociais, culturais e educacionais que podem aumentar a eficiência de investimentos em pesquisa e inovação no quilombo, além de responder a demandas sociais com transparência, inclusão social, participação dos quilombolas no Projeto Político Pedagógico (PPP), no Plano Curricular da escola local e demais atividades e ações voltadas para uma educação de qualidade.

Portanto, é fundamental a adoção de práticas de formação continuada de professores quilombolas contextualizadas com a pesquisa e a inovação responsáveis, pois por meio destas, a formação crítico-científica do professor e demais participantes do processo educacional, se torna mais eficiente, conectada e preparada para enfrentar os desafios da educação contemporânea tais como: trabalho em equipe, cidadania, direitos humanos, desenvolvimento de tecnologia, desenvolvimento sustentável, solidariedade, respeito às diferenças, entre outros.

### 4 SITUANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa encontrou seu fundamento no “método etnográfico” com “abordagem qualitativa” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Privilegiamos a pesquisa qualitativa, por nos

permitir compreender melhor como os integrantes da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Mel da Pedreira (CRQMP) constroem e reconstróem seus saberes e fazeres ao levar em conta os aspectos religiosos e as relações étnico-raciais em seu cotidiano.

Para as técnicas e procedimentos de coleta de dados desta pesquisa, além da observação direta *in loco*, orientada pelos pressupostos da abordagem qualitativa, utilizamos também da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental, da entrevista semiestruturada para a fundamentação teórica, e uma ação colaborativa (Oficina Pedagógica) na CRQMP como forma de contribuir com reflexões de temáticas como religiosidade, identidade quilombola, racismo, discriminação, educação escolar, entre outras. Ressaltamos que dentre os métodos adotados para a coleta de informações, combinamos técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa para uma melhor compreensão dos dados coletados.

Quanto à realização de entrevista semiestruturada, participaram desta pesquisa um total de dez pessoas, entre homens e mulheres, sendo: o gestor e as duas professoras da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza (1º ao 5º ano do ensino fundamental), os/as três moradores/as mais antigo/as da CRQMP, bem como aqueles que têm representatividade na discussão, elaboração, execução ou decisão nos assuntos e/ou ações de interesse dessa comunidade – neste caso, especificamente o líder da Igreja Presbiteriana, o líder da Igreja Assembleia de Deus, o líder da Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas da CRQMP (AMORQUIMP) e o líder do Ministério do Deus Vivo e Verdadeiro.

A escolha desses líderes deve-se ainda ao fato de eles fazerem a mediação entre a comunidade, demais comunidades quilombolas no Amapá e instâncias de poder/governo e entidades não governamentais. Além disso, a relação desses membros com os sujeitos da pesquisa é de suma importância para a educação escolar local por serem uma grande possibilidade de influência e mediação nos processos de ensino e aprendizagem da cultura, da memória e da identidade quilombola.

Dessa forma, a tabela geral dos/as participantes das entrevistas ficou assim estruturada:

**Tabela 1.** Caracterização do grupo de entrevistados/as.

NOME FICTÍCIO	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	QUILOMBOLA?	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Participante A	Igreja Presbiteriana	Sim	M	57 anos	Estudou até a 4ª série do antigo 1º grau
Participante B	Igreja Assembleia de Deus	Sim	M	37 anos	Ensino fundamental completo
Participante C	Ministério do Deus Vivo e Verdadeiro	Sim	M	45 anos	Ensino médio incompleto
Participante D	Presidente da AMORQUIMP	Sim	M	30 anos	Ensino Superior completo
Participante E	Direção escolar	Não	M	33 anos	História
Participante F	Professora na CRQMP	Sim	F	55 anos	Pedagogia
Participante G	Professora na CRQMP	Não	F	28 anos	Pedagogia
Participante H	Morador mais antigo da CRQMP	Sim	M	81 anos	Estudou até a 3ª série do antigo 1º grau
Participante I	Morador mais antigo da CRQMP	Sim	M	70 anos	Estudou até a 4ª série do antigo 1º grau
Participante J	Moradora mais antiga da CRQMP	Sim	F	66 anos	Estudou até a 4ª série do antigo 1º grau

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016)

Os participantes da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo informados de que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 – item IV do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes envolvidos nas entrevistas receberam uma codificação a fim de garantir o anonimato. Optamos por determiná-los de “Participante” no corpo do trabalho, adicionando-lhes, após o uso do termo, uma letra maiúscula do alfabeto. Para a análise e interpretação dos dados coletados nos valem do aporte teórico advindo do sóciointeracionismo dialógico, de Mikhail Bakhtin (BAKHTIN, 2000). O interacionismo sócio-discursivo “é um quadro teórico que entende as condutas humanas como ações situadas cujas propriedades estruturais e funcionais são, antes de tudo, um produto da socialização” (BRONCKART, 2003, p. 13).

## **5 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MEL DA PEDREIRA: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DA ESCOLA ANTÔNIO BRÁULIO DE SOUZA**

A CRQMP está localizada na BR 156, na altura do quilômetro 30, a cerca de 50 quilômetros da capital Macapá/AP, município ao qual a comunidade pertence. O acesso à

CRQMP é realizado por uma estrada asfaltada e depois por um pequeno ramal sem asfalto até a vila, mas a comunidade também utiliza o transporte fluvial pelo lago perene que há no território. Esse lago faz a interligação com as comunidades vizinhas como Alegre e São Pedro dos Bois.

De acordo com o Diário Oficial da União (DOU) de 02/02/2007, Seção 1, fl. 98, a área correspondente ao território da CRQMP foi reconhecida e declarada em 2.629,0532 ha. A CRQMP foi a 3ª comunidade a se reconhecer e autodefinir e o 3º quilombo a ser titulado no Amapá. Na época do processo de reconhecimento e de titulação das terras, foram cadastradas dezesseis famílias domiciliadas na comunidade. Além disso, havia mais oito famílias, pertencentes à comunidade, que residiam na área urbana por razões de trabalho e de estudo. Atualmente, aproximadamente vinte e oito famílias vivem na comunidade, cerca de cento e quarenta e duas pessoas. No entanto, esse quantitativo de moradores/as na CRQMP vem variando nos últimos anos, devido à constante migração para a zona urbana em Macapá-AP das pessoas mais jovens em busca de educação e melhor qualidade de vida, ou retorno para CRQMP devido à construção de quarenta e duas casas habitacionais entregues no ano de 2016 e oriundas do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Governo Federal.

Em se tratando especificamente do sistema educacional vigente na comunidade, percebemos que ele não atende à demanda do quilombo, pois existe apenas uma escola em funcionamento. É a Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza, que oferece somente o ensino fundamental (1º ao 5º ano da educação básica) como modalidade de ensino. A Figura 1 apresenta a fachada do prédio atual da escola quilombola:



**Figura 1.** Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza.

**Fonte:** Acervo pessoal/pesquisa de campo (2015)

De acordo com relatos dos participantes da pesquisa, somente em 1977, oficialmente chega a educação escolar na comunidade, com a primeira etapa do ensino fundamental (antigo ensino primário – 1ª a 4ª série), o qual permanece até hoje. Segundo relatos orais, foi um pedido da comunidade à Secretaria Estadual de Educação (SEED), em 1977, a qual atendeu à solicitação enviando uma professora para iniciar os trabalhos escolares.

No início, a escola chamava-se “Escola de 1º Grau do Mel” e funcionava na residência do senhor Antônio Bráulio de Souza. O prédio próprio somente foi construído em 1989. Com o falecimento do patriarca do quilombo, a nova liderança da comunidade solicitou à SEED, em 1994, a mudança do nome da escola para Antônio Bráulio de Souza, com intuito de homenagear o fundador da comunidade. Entretanto, essa mudança só ocorreu no ano de 1997, quando a escola de fato passou a ser chamada de “Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza”. Atualmente, a escola atende a um total de vinte e um alunos/as matriculados/as no ensino fundamental.

O ensino é oferecido no período da manhã (das 07h30min às 11h40min) na forma de multisseriado devido à escola possuir somente duas salas de aula e três professoras em atividade de classe, sendo que uma fica na biblioteca para auxiliar nos trabalhos e pesquisas dos/as alunos/as. Entretanto, em situações pontuais, alguns/mas alunos/as retornam no horário da tarde (das 14h às 17h30min) para reforço escolar e/ou reposição de aulas. Lembramos que as classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o/a professor/a desenvolve suas atividades, na mesma sala de aula, com várias séries do ensino fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos/as com idades e níveis de conhecimento diferentes.

Segundo a direção escolar (Participante E), muitas vezes essas atividades que acontecem em contraturno também são prejudicadas porque o mesmo transporte que traz esse/a aluno/a pela manhã não pode fazê-lo à tarde, porque já tem compromisso para deslocar outros/as alunos/as a outras comunidades vizinhas. Segundo ainda os relatos dos participantes da pesquisa (Participantes E, F e G), a escola da CRQMP desenvolve suas atividades educacionais seguindo as diretrizes curriculares da base nacional. E na escola, são feitas algumas adaptações para trabalhar temáticas sobre quilombo e religião.

Durante as observações *in loco*, verificamos que a prática das educadoras oscila muito, pois em alguns momentos as aulas são ministradas por meio material didático confeccionado pelas próprias professoras no qual a docente procura estabelecer uma relação prática com a

história, os saberes e os fazeres da comunidade local; e em outros momentos as aulas são ministradas por meio de aulas expositivas tendo o livro didático como principal instrumento.

A escola não possui um projeto político pedagógico ou uma proposta pedagógica para atuar com alunos e alunas quilombolas. Lembramos que essa escola possui mais de trinta e oito anos de existência na CRQMP. Segundo o entrevistado (Participante E), as atividades didáticas voltadas para a questão quilombola na escola são muito pontuais, acontecendo somente por ocasião de datas comemorativas como, por exemplo, o Dia Nacional da Consciência Negra, 21 de abril (descobrimiento do Brasil), entre outras.

Para os representantes da escola, a dificuldade na implementação da Lei nº 10.639/2003 no ambiente escolar se dá devido à falta de conhecimento sobre as leis para a educação das relações étnico-raciais. Para o gestor escolar e uma das professoras (Participantes E e G), a dificuldade também se dá pela falta de experiências em áreas ou escolas quilombolas. Segundo eles, essa é a primeira vez que se deparam com esse tipo de ensino.

Os representantes da escola ressaltam que poucas vezes tiveram a oportunidade de participar de cursos sobre a temática quilombola ou a implementação da Lei nº 10.639/2003. Sobre a escola estar preparada para a aplicação da Lei nº 10.639/2003, os representantes da escola responderam:

*Olha, eu acredito que não, primeiro por se tratar de uma política pública infelizmente até você chegar entre a teoria ter uma pratica é um caminho muito grande, pra gente efetivar uma política pública a necessidade primeiro a gente tem que ter investimentos, ter qualificação por parte do governo por essa qualificação não só na área de educação quilombola mas em várias áreas [...] recebemos os parâmetros, recebemos as normativas, mas no entanto os professores não são qualificados [...] a gente tem percebido ao longo do ano um acerta deficiência na formação do professor na questão do professor quilombola (PARTICIPANTE E – REPRESENTANTE DIREÇÃO ESCOLAR).*

*Bom, preparada ela não está pra ser aplicada a lei [...] é fragmentado aquilo que a gente trabalha [...] pra colocar essa lei, pra tá funcionando teria que ter toda uma situação e essa situação geralmente quando a gente tá formando acaba final do ano porque outros professores saem e vêm outros, aí fica difícil (PARTICIPANTE F – PROFESSORA).*

*Então, como não sei assim, não me recordo da lei e de que se trata eu realmente não sei te responder isso se ela tá ou não preparada, eu não sei qual a forma que se dar teoricamente na lei né (PARTICIPANTE G – PROFESSORA).*

As falas, tanto da gestão escolar quanto das professoras da escola, demonstram que a escola local não está preparada para a implementação da Lei nº 10.639/2003, devido a vários fatores como, por exemplo, infraestrutura inapropriada, paralisações, greves, rotatividade de professores na escola, que na sua maioria não tem experiência ou prática com a educação escolar quilombola, falta de investimentos na qualificação de professores e de material pedagógico específico.

A escola, nos últimos anos, tem enfrentado alguns problemas, entre eles, a falta de funcionários/as na área de serviços gerais e cozinha em razão da aposentadoria de alguns servidores. Essas ausências têm prejudicado os serviços essenciais como a higienização e manutenção do ambiente escolar, assim como a execução da alimentação dos/as alunos/as.

Um problema enfrentado pela escola, que nos chama a atenção, é a rotatividade de professores/as que têm passado por esta instituição. Segundo relatos dos entrevistados e entrevistadas, desde o ano de 2010 a situação tem se agravado, pois a escola teve pelo menos a mudança de três pessoas que passaram pela direção escolar e de uns/mas dez professores/as pela sala de aula, com exceção de uma professora quilombola que é efetiva e mora na comunidade.

Ressaltam alguns/mas moradores/as da CRQMP que a permanência de professores/as na escola se dá por vários fatores, entre eles, questões de ordem político-institucionais e/ou partidárias, pois a maioria dos/as professores/as lotados/as na escola são frutos de contratos administrativos, outros por questões de deslocamento, já que grande parte desses profissionais são oriundos do centro de Macapá-AP, aproximadamente 50 km de distância da CRQMP. Ressaltam ainda os/as moradores/as que todo início de ano letivo é uma luta que os representantes da CRQMP travam com a SEED para garantirem os contratos administrativos de professores/as para a Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza.

Além disso, uma das reivindicações da comunidade é que esses profissionais contratados sejam da própria comunidade, já que a CRQMP dispõe de pelo menos duas pessoas quilombolas com formação superior (Licenciatura em Pedagogia) que moram na comunidade e que poderia suprir essa necessidade. Entretanto, dificilmente essas reivindicações têm sido atendidas e, para agravar o problema, a maioria dos/as profissionais que têm sido enviados para a escola quilombola residem em Macapá e não têm formação específica na área e/ou experiência com educação escolar quilombola.

Atualmente, a escola está com um quadro profissional de seis pessoas, sendo: três pessoas do contrato administrativo (uma pessoa que cuida da parte da alimentação e limpeza da escola, uma pessoa que cuida da vigilância, um diretor escolar), três professoras (sendo que uma está na escola com contrato administrativo desde 2015 e a outra desde março de 2016) e a terceira, professora efetiva já citada anteriormente, que atua na escola há dez anos.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO, CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO E RESULTADOS DA OFICINA PEDAGÓGICA: A PROPOSTA COLABORATIVA**

A presente pesquisa não se preocupou em apenas identificar as situações e os problemas vivenciados pela CRQMP, principalmente pela escola quilombola local, mas instigar a comunidade a agir sobre eles. Assim, neste tópico buscamos refletir sobre a experiência do desenvolvimento da ação colaborativa, mais precisamente sobre o Plano de Ação adotado para a realização da Oficina Pedagógica com a comunidade escolar e demais membros da CRQMP.

Além disso, traçamos a fundamentação e os caminhos teórico-metodológicos escolhidos para a realização do Plano de Ação adotado acreditando que oficinas pedagógicas são espaços de ação, reflexão e ação que podem possibilitar articulação com o cotidiano, com a história e a cultura. Além disso, apresentamos as considerações quanto aos resultados da Oficina Pedagógica.

Desse modo, essa prática pedagógica tem por base a formação de sujeitos críticos e ativos no exercício de sua cidadania. Lembramos também que a oficina pedagógica teve por objetivo apreender o conhecimento a partir do conjunto de acontecimentos vivenciais no cotidiano, onde a relação teoria/prática constitui o fundamento do processo pedagógico.

Com a aceitação pela CRQMP da proposta de pesquisa colaborativa, deu-se início ao nosso Plano de Ação, com objetivo de aplicarmos uma Oficina Pedagógica no espaço escolar. Nossa intenção no desenvolvimento desse processo foi trabalhar essa proposta de uma forma que tivesse significado e sentido para a CRQMP, isto é, que estivesse de acordo com sua realidade e possibilidades. Por isso, para uma melhor aprendizagem e sistematização dos conhecimentos sobre as temáticas que foram discutidas, optamos por inserir, durante a aplicação da Oficina Pedagógica, rodas de conversas baseadas nos estudos de Warschauer (1993).

De acordo com Warschauer (1993, p. 50), as rodas de conversas promovem uma aprendizagem significativa, pois estão relacionadas “[...] ao conhecimento construído a partir

do saber e do fazer, tanto na experiência direta de cada sujeito, quanto na convivência com os indivíduos que constituem as rodas”.

Assim, entendemos que esses entrelaçamentos nos proporcionaram relações, compartilhamentos e reflexões, pois a roda é como se fosse uma mandala e/ou um círculo em movimentação “[...] que induz e conduz à produção do conhecimento – não de um conhecimento qualquer, mas daquele que se registra, se elabora, se alicerça, se amplia e se reconstrói” (WARSCHAUER, 1993, p. 18).

Convém ressaltar que a aplicação da Oficina Pedagógica no espaço escolar da comunidade, foi um convite aos docentes, moradores/as, bem como aos representantes em geral da CRQMP, no sentido de se envolverem na produção do conhecimento de forma coletiva, “contextualizada no seu ambiente de atuação, valorizando os saberes práticos, mas também se utilizando dos referenciais teóricos como respaldo para as discussões” (SILVA; LONGAREZI, 2012, p. 5). Segundo Candau (1995), a oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de um confronto e troca de experiências.

Assim, a Oficina Pedagógica desenvolvida na CRQMP objetivou promover no espaço escolar da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza, reflexão, discussão e troca de experiências, com a finalidade de instrumentalizar a comunidade escolar e demais membros da CRQMP para o desenvolvimento de estratégias de ensino que valorizem a história, a cultura e a identidade negra. Além disso, objetivamos ainda inserir a CRQMP no contexto histórico brasileiro, uma vez que as comunidades quilombolas brasileiras, em sua maioria, foram e continuam sendo ignoradas e colocadas às margens da sociedade no processo histórico, cultural e religioso em nosso país.

Da mesma forma, essa ação colaborativa objetivou também atender a Lei Federal nº 10.639/2003 e a Lei Estadual nº 1.196/2008 que determinam a inclusão do conteúdo “História da África e Cultura Afro-brasileira” nos currículos da Rede de Ensino Pública e Particular dos ensinos fundamental e médio, bem como o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que versa sobre as DNC para a Educação Escolar Quilombola. Embora as referidas leis determinem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, isso não é suficiente para garantir a sua implementação de fato. É preciso envolver a comunidade escolar em debates, discussões e reflexões acerca da temática.

Desta feita, com base nos princípios da RRI, optamos pela adoção de uma pesquisa colaborativa por meio de uma Oficina Pedagógica, visando contribuir com a reflexão e discussão sobre a importância do patrimônio cultural africano e afro-brasileiro no espaço escolar da instituição de ensino localizada na comunidade, a fim de garantir o fortalecimento da identidade étnico-racial reforçadas pelos princípios legais já citados anteriormente.

A pesquisa colaborativa nos possibilitou criar situações de produção e sistematização de conhecimento, pois a relação amigável com os docentes e demais participantes da Oficina Pedagógica na comunidade favoreceu uma discussão e reflexão mais prazerosas com possíveis mudanças a partir dessa relação colaborativa. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina considera o processo de reflexão como sendo resultado da interação com o outro, pois o homem,

[...] a partir das relações mantidas com seus semelhantes, vai se constituindo como um ser pensante. É por meio da interação com o outro que ele desenvolve a capacidade de refletir e, conseqüentemente, aprende a ter consciência de si mesmo. O processo dialógico, vivenciado com o outro, faz a mediação entre o mundo objetivo e o subjetivo, fazendo-o apreender a realidade objetiva e transformá-la (IBIAPINA, 2008, p. 69).

A inserção do pesquisador no cotidiano da comunidade também foi outro favor de suma importância no desenvolvimento deste trabalho, pois favoreceu a colaboração, possibilitando questionamentos reflexivos e críticas da realidade vivida na CRQMP.

Durante as entrevistas para conhecimento e exploração do universo do objeto pesquisado e sondagem da possível possibilidade de aplicação de nossa proposta de Oficina Pedagógica na comunidade, perguntamos aos participantes da entrevistada qual era a opinião deles sobre a possibilidade de nós aplicarmos uma Oficina Pedagógica na escola para discussão, reflexão e construção de referencial teórico-metodológico para valorização da identidade negra e da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. A proposta de possibilidade de aplicação de uma Oficina Pedagógica na CRQMP foi recebida de forma positiva e com muita alegria. Por meio dessa ação, os participantes viram um caminho de poder ampliar seus conhecimentos voltados para a questão negra e educação escolar quilombola.

Antônio Chizzotti expressa que é necessário reconhecer que o discurso pode assumir diferentes significados. Além disso, o discurso se situa em um contexto sócio-histórico e só podemos compreendê-lo na relação com o processo cultural, econômico, religioso e político nos quais ele ocorre (CHIZZOTTI, 2010). Assim, com base nos discursos analisados, detectamos alguns pontos que os participantes gostariam que fossem abordados na Oficina

Pedagógica: 1) educação quilombola; 2) resgate histórico da comunidade; 3) identidade quilombola; 4) valorização e respeito profissional; 5) O que é quilombo?; 6) O que é ser quilombola?; 7) Confecção de material pedagógico.

Depois da análise e síntese dos temas a considerar, das datas preestabelecidas para realização do curso, formalizamos, no início de dezembro de 2016, um Plano de Ação (também conhecido como Plano de Atividades) com o cronograma de atividades que seriam discutidas por ocasião da Oficina Pedagógica programada para ser realizada no período de 11 a 13 de janeiro de 2017. A Figura 2, que mostra a imagem do cartaz de divulgação do evento:



**Figura 2.** Cartaz de divulgação da Oficina Pedagógica.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

A proposta da Oficina Pedagógica se fundamentou na pedagogia indicada por Freire (1998), baseada no diálogo, na reflexão crítica, no rigor metodológico, na organização e ação coletiva. A princípio, o curso seria ministrado na escola, mas como o espaço não oferecia as condições necessárias para as atividades do curso, por sugestão da própria direção escolar, deslocamos a oficina para as dependências da Igreja Presbiteriana próxima à escola.

Nesse plano de ação, a colaboração foi efetivada com a formação de três grupos temáticos (GT) assim classificados: a) GT 1 - Valorização da cultura, da história e da memória; b) GT 2 - Educação antirracista e não discriminatória; c) GT 3 - Currículo contextualizado, plural e significativo. Os grupos foram formados com a presença do pesquisador, exercendo também o papel de colaborador, e a colaboração de professores especialistas, mestres e doutores de Instituições de Ensino Superior do estado do Amapá. A Oficina Pedagógica teve como temática central “Educação Escolar Quilombola: valorizando a história, a cultura e a identidade negra”.

O público ao qual se destinou foi a comunidade escolar (equipe gestora, professoras, servidores/as em geral da escola), os/as três moradores/as mais antigo/as da CRQMP, o líder da Igreja Presbiteriana, o líder da Igreja Assembleia de Deus, o líder da Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas da CRQMP (AMORQUIMP), o líder do Ministério do Deus Vivo e Verdadeiro e demais membros da CRQMP, entre homens e mulheres, sendo que o total de vagas oferecidas se restringiu a vinte participantes com carga horária de 20h. Ressaltamos que todas as vinte vagas foram preenchidas.

O curso ocorreu no período proposto no Plano de Ação (11 a 13 de janeiro de 2017) sendo totalmente gratuito, assim como todo material distribuído aos participantes. Por ocasião, ainda foi oferecido aos participantes da oficina, lanche e almoço durante os três dias de curso. Em relação aos objetivos específicos, objetivamos: a) Reforçar e/ou incluir no currículo escolar da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza, conteúdos de reflexão, conhecimento e troca de experiências sobre a temática da igualdade étnico-racial, do combate a práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas; b) Possibilitar a reflexão quanto à preservação da memória cultural de alunos/as da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza; c) Sensibilizar a comunidade escolar para a importância da educação das relações étnico-raciais, no contexto da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza; d) Discutir e analisar livros didáticos que abordam, ou não, a história e cultura africana e afro-brasileira; e) Reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas pela comunidade escolar destinadas a promover uma educação solidária, antirracista e não discriminatória; f) Ouvir os participantes da oficina pedagógica – por meio de rodas de conversas – sobre seus anseios e vivências enquanto quilombolas, suas histórias, expectativas, de forma a problematizar com questões relacionadas ao currículo escolar e ao cotidiano; g) Levantar

possibilidades ao corpo docente de elaboração de material didático-pedagógico próprio, referente à memória, história, cultura e vivência da população negra local.

## 6.1 Oficina pedagógica na CRQMP como possibilidade de ação facilitadora para a educação escolar quilombola

A proposta metodológica da ação visou à construção de um ambiente escolar favorável à promoção da corresponsabilidade e à definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo, da discriminação, da intolerância religiosa, entre outras questões sociais. Para tanto, com base no *Guia Metodológico* que integra a *Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar* (CARREIRA, 2013), procuramos desenvolver essa Oficina Pedagógica.

A metodologia adotada na execução deste curso foi bem diversificada, como já descrita anteriormente. Além disso, nos três dias de curso, foram utilizados recursos didáticos como textos, revistas, filmes, músicas, borracha, caneta esferográfica, cartolina, cola, tesoura, tinta guache, lápis de cor, papel A4, pasta tipo classificador, bem como apresentações em *Power Point* com o objetivo de introduzir os participantes nas temáticas discutidas. Após a abertura da Oficina Pedagógica, iniciamos os trabalhos dos GT conforme cronograma pré-estabelecido.

No GT 1 - *Valorização da cultura, da história e da memória*, nosso foco neste tópico foi tornar visível, reconhecer e abordar de forma crítica nos mais diversos espaços escolares “a pluralidade de culturas, conhecimentos e histórias da população negra, ainda pouco presentes no contexto escolar ou tratadas, muitas vezes, a partir de uma perspectiva folclórica, exótica, fora do ‘normal’” (CARREIRA, 2013, p. 10).

No GT 2 - *Educação antirracista e não discriminatória*, nosso foco foram as atitudes e relações cotidianas visando “à superação de atitudes racistas e discriminatórias, compreendidas como aquelas que geram humilhações e sofrimentos a pessoas em decorrência do seu pertencimento a determinados segmentos e grupos da população” (CARREIRA, 2013, p. 11).

No GT 3 - *Currículo contextualizado, plural e significativo*, vimos que do ponto de vista de uma educação para a igualdade racial, é urgente superar a ideia de currículo compreendido apenas como um conjunto de disciplinas e conteúdos, que não considera as “histórias e as necessidades cotidianas vividas pelas pessoas em suas comunidades, e que

sustenta racismos e práticas discriminatórias por meio de silêncios, omissões ou mesmo de forma explícita” (CARREIRA, 2013, p. 10). A seguir, apresentamos algumas atividades desenvolvidas em cada etapa.

No dia 11/01/2017 – Unidade I (manhã – das 8h às 12h): 1º momento – credenciamento e entrega de material (pasta contendo caneta, papel A4, *folder* e questionário de avaliação do curso). Em seguida, abertura da Oficina Pedagógica e considerações iniciais quanto aos objetivos, metodologia e proposta da ação para a comunidade local. Ressaltamos que por ocasião da entrega do material do evento os participantes foram informados e orientados sobre a importância de que no final da Oficina Pedagógica, todos/as preenchessem e entregassem o relatório de avaliação do curso ministrado. As Figuras 3 e 4 apresentam algumas imagens da abertura, credenciamento e atividades do curso:



**Figura 3.** Credenciamento e Abertura do evento. Oficina Pedagógica (1º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)



**Figura 4.** Formação e discussão de temas. Oficina Pedagógica (1º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

No dia 11/01/2017 – Unidade II (tarde – das 14h às 18h) foi a vez da composição dos grupos de trabalhos. Coordenando o GT1, o professor Silvaney Rubens Alves de Souza discutiu com os participantes do evento os seguintes tópicos norteadores: a) História do negro e da negra no Brasil; b) História do negro e da negra no Amapá; c) Territorialidade quilombola; d) Patrimônio cultural; e) Identidade étnica negra brasileira; f) Identidade étnica negra amapaense. Vejamos alguns momentos dessa discussão e envolvimento dos participantes. A Figura 5 apresenta imagens do GT 1:



**Figura 5.** GT 1 - Discussão e envolvimento dos participantes.  
Oficina Pedagógica (1º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

No dia 12/01/2017 – Unidades III e IV (manhã e tarde - das 8h às 12h e das 14h às 18h) ocorreu a composição do GT 2. Os trabalhos foram desenvolvidos e coordenados pelos os professores Marcos Vinicius de Freitas Reis e Moisés de Jesus Prazeres. O GT 2 teve como proposta de discussão, os seguintes tópicos norteadores: a) Manifestações culturais afro-amapaenses; b) Religiosidade no Amapá; c) Ensino religioso escolar; d) Racismo, preconceito, discriminação e intolerância religiosa. Alguns momentos dessa discussão e do envolvimento dos participantes estão apresentados na Figura 6:



**Figura 6.** GT 2 - Discussão e envolvimento dos participantes.  
Oficina Pedagógica (2º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

No dia 13/01/2017 – Unidade V (manhã– das 8h às 12h), os trabalhos do GT 3 foram conduzidos pelos/as professores/as: Piedade Lino Videira, Luciano Magnus de Araújo e Maria Joelma Menezes Ester. A temática abordada teve como proposta de discussão os seguintes tópicos norteadores: a) Apresentação e discussão dos marcos legais vigentes; b) Educação escolar quilombola; c) Currículo escolar quilombola; d) Possibilidades de produção de material didático-pedagógico sobre educação para as relações étnico-raciais. Alguns momentos dessa discussão e do envolvimento dos participantes estão na Figura 7:



**Figura 7.** GT 3 - Discussão e envolvimento dos participantes.  
Oficina Pedagógica (3º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

Ainda no dia 13/01/2017 – Unidade VI (das 12h às 13h), tivemos as considerações finais sobre o curso, agradecimentos e recebimento do relatório de avaliação dos participantes. A Figura 8 apresenta a foto do encerramento da Oficina Pedagógica:



**Figura 8.** Foto oficial por ocasião do encerramento do curso.  
Oficina Pedagógica (3º dia).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2017)

Na seção seguinte descrevemos a análise das percepções coletadas por ocasião do resultado da Oficina Pedagógica realizada na CRQMP.

## **6.2 Algumas considerações sobre o resultado da Oficina Pedagógica: reflexões, possibilidades e desafios**

A Oficina Pedagógica como resultado da ação colaborativa teve como proposta subsidiar teórica e metodologicamente os/as professores/as sobre a cultura quilombola e sua articulação com o currículo escolar. Segundo Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina “os processos de pesquisa construídos colaborativamente oferecem um potencial que auxilia o pensamento teórico, fortalece a ação e abre novos caminhos para o desenvolvimento pessoal e profissional” (IBIAPINA, 2008, p. 55).

A trajetória de construção e aplicação da proposta colaborativa nos fez perceber o quanto a ausência de políticas públicas para o fomento e manutenção de escolas quilombolas no Amapá é um prejuízo para todo o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, agora obrigatória pela Lei nº 10.639/2003. Além disso, nos fez perceber que o estado do Amapá

tem se mostrado incapaz de garantir um direito que é a educação escolar quilombola condizente com a sociedade amapaense.

A educação escolar quilombola realizada na CRQMP, assim como em muitas escolas quilombolas no estado, está passando por um longo período de esquecimento, sem nenhuma política pública e/ou pedagógica que considere a sua especificidade. Poucas são as crianças quilombolas que podem estudar sua história e sua cultura, já que precisam se deslocar para outras comunidades ou para outras cidades, pois as escolas quilombolas locais, na sua maioria, só oferecem a primeira modalidade do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Diante desses fatos, nos perguntamos: como manter uma educação voltada para essa modalidade de ensino se a maioria dos/as professores/as não são quilombolas e/ou não têm formação específica na área? Sobre essa questão lembramos que embora existam leis que garantam aos profissionais da educação de escolas quilombolas o direito à formação continuada, como é o caso do Plano Estadual de Educação do Amapá (2015-2025), essas oportunidades não acontecem de fato, sendo muitas vezes inexistentes ou restritas.

As discussões durante a Oficina Pedagógica também trouxeram à tona a importância de a escola reforçar o reconhecimento dos seus alunos com a identidade quilombola, bem como a importância da elaboração e execução do PPP da escola, pois para se implementar uma proposta pedagógica eficaz na comunidade local é necessário ter a compreensão de que a diversidade agrega as múltiplas relações estabelecidas pelos quilombolas na família, no trabalho, na cultura, na relação com o sagrado, entre as gerações e com o meio ambiente do território e que todos esses elementos precisam estar enfatizado nessa construção e execução curricular.

Outra discussão também que veio à tona refere-se à dificuldade de acesso (materiais e equipamentos pedagógicos que tratem diretamente das questões étnico-raciais) tanto por parte de professores/as quanto de alunos/as, pois é uma comunidade carente com dificuldades de acessar programas e ações educacionais.

A aquisição de acervo bibliográfico e material pedagógico específico ainda é um grande desafio para as comunidades quilombolas amapaenses, pois a SEED, por meio do Núcleo de Educação Étnico-racial (NEER), não tem estrutura orçamentária, transporte, material didático e pessoal qualificado para atender e dar suporte as vinte e oito escolas autodeclaradas quilombolas no Amapá. Os membros da comunidade participaram ativamente das discussões,

refletindo acerca da contribuição da cultura quilombola local para o currículo da educação escolar da CRQMP, por meio da presença da história da África e Afro-brasileira.

A Oficina Pedagógica proporcionou ainda aos participantes uma reflexão mais crítica quanto seus direitos e deveres enquanto quilombolas. O curso ajudou os educadores sobre várias dúvidas em relação à efetivação da educação escolar quilombola na CRQMP. Contribuindo ainda para a argumentação das lideranças locais no que diz respeito à temática educacional, territorialidade, acesso a programas, ações e projetos governamentais, dando-lhes maior esclarecimento e poder de articulação e negociação com o Estado do Amapá.

De acordo com a análise dos dados da avaliação feita pelos palestrantes e participantes, verificamos que as rodas de conversas durante a Oficina Pedagógica suscitaram novas ações/propostas a serem realizadas pela escola. Dentre elas, destaque para: a) reprodução deste modelo oficina em outras escolas quilombolas; b) busca de melhores alternativas pedagógicas como, por exemplo, a confecção de instrumentos musicais como as caixas de marabaixo e o tambor; c) discussão da condição quilombola atual e ressignificação dos elementos de cultura africana; d) criação de projetos que possam possibilitar à comunidade adquirir mais espaço na sociedade; e) construção e elaboração do PPP da escola local; f) formação continuada com a temática quilombola, entre outras.

### ***6.2.1 Mudanças observadas no cotidiano da escola pós-Oficina Pedagógica***

Após o encerramento da Oficina Pedagógica, foram realizadas seis visitas *in loco* na escola quilombola durante o período de março a maio de 2017, para acompanhar e verificar possíveis mudanças.

Na primeira visita *in loco* realizada no período de 07 a 09 de março de 2017, já de imediato, observamos os primeiros reflexos positivos, resultantes de nossa ação colaborativa realizada na comunidade, pois a Semana Pedagógica do ano letivo de 2017 da Escola Quilombola Antônio Bráulio de Souza iniciou com a discussão e inclusão de algumas ações e propostas pedagógicas levantadas durante a realização da Oficina Pedagógica.

As evidências encontradas pós-oficina sinalizaram que mudanças estão ocorrendo naquele espaço escolar, mesmo que seja de forma tímida, mas essas mudanças percebidas

respondem positivamente às perspectivas lançadas quanto aos objetivos da ação colaborativa por meio da Oficina Pedagógica.

Para o gestor atual da escola, a Oficina Pedagógica realizada em janeiro de 2017 fez os sujeitos perceberem o quanto se faz necessária a inclusão e discussão de temáticas e ações pedagógicas voltadas para a realidade local. Assim, a Semana Pedagógica na CRQMP ocorreu no período de 07 a 09 de março de 2017, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, quando foram abordadas as seguintes temáticas: 1) Expectativas para o novo ano letivo de 2017; 2) Reflexões sobre as metas do ano de 2016 (se foram alcançadas ou não) e os passos que precisam ser dados durante o ano de 2017 para atingi-las; 3) Situação atual do quadro funcional da escola; 4) Propostas de projetos e ações para crescimento e melhoria da educação quilombola local; 5) Discussão sobre educação quilombola como modalidade de ensino; 6) Amparo legal da educação quilombola; 7) Discussão sobre a construção e a elaboração do PPP; 8) Planejamento, avaliação, disciplina, gestão de sala de aula, gestão da aprendizagem, educação inclusiva, entre outros.

Na segunda e terceira visitas *in loco* realizadas no período de 29 a 31 de março de 2017, bem como no período de 06 a 07 de abril de 2017, detectamos que o primeiro projeto já tinha sido elaborado e encontrava-se em fase de execução. Tratava-se do projeto escolar “Conhecendo o Quilombo do Mel da Pedreira”.

Por ocasião da nossa quarta visita *in loco*, realizada no período de 27 a 28 de abril de 2017 na escola da CRQMP, observamos o andamento de alguns projetos sendo executados pela escola. Tratava-se do projeto de levantamento de material científico já produzido sobre o Quilombo do Mel da Pedreira, bem como o resgate de lendas contadas pelos seus antepassados na região local, como, por exemplo, a lenda mais conhecida que fala de uma mulher cuja cabeça se transformou em fogo.

O objetivo desse projeto de levantamento de material científico e resgate de lendas contadas pelos seus antepassados na região local é produzir um acervo didático para ser utilizado pelos alunos como material didático e memória cultural.

Outra atividade específica desenvolvida no mês de abril de 2017 na CRQMP foi o estudo e a análise realizada pelos alunos e alunas com orientação das professoras sobre o significado da Páscoa em diversas localidades e religiões do planeta, principalmente em países africanos.

Na quinta visita *in loco*, realizada no período de 11 a 12 de maio de 2017 na escola da CRQMP, verificamos que estavam realizando um estudo sobre o processo de escravização dos negros na África e chegada desses ao Brasil e sua libertação. E atividades de estudo dirigido pelas professoras em sala de aula com a participação de todos os alunos, bem como análises críticas de filmes e encenações teatrais.

Por ocasião da nossa sexta e última visita *in loco*, realizada nos dias 19 e 22 de maio de 2017, detectamos que a comunidade escolar estava se organizando para iniciar em junho de 2017, uma oficina de artesanato sobre produtos utilizados no dia a dia dos quilombolas. Segundo o gestor local, o projeto tem como objetivo analisar como os utensílios utilizados em casa contribuíram para a sobrevivência do quilombo ao longo dos anos. Além disso, verificar quais eram utilizados na África antigamente.

As atividades ora apresentadas, bem como as atividades descritas anteriormente, comprovam os resultados satisfatórios que tivemos com relação à aplicabilidade da Oficina Pedagógica na CRQMP como proposta de formação continuada, pois há evidências concretas de que a comunidade escolar está interessada e preocupada com uma educação quilombola de qualidade, voltada para a realidade local e que valorize a cultura, a memória e a identidade negra.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados, verificamos que os desafios postos para que professores/as quilombolas inovem no ensino e na prática pedagógica, de maneira a promover habilidades para RRI, são muito grandes. No entanto, a experiência de formação continuada por meio de Oficina Pedagógica demonstrou que a proposta aqui apresentada é possível com resultados satisfatórios, pois a proposta colaborativa considerou que esse tipo de ação pode ser referência e ao mesmo tempo uma prática fortalecedora no uso de RRI na educação escolar quilombola.

Os dados da pesquisa revelaram que embora o currículo escolar quilombola estadual amapaense esteja reforçado no Plano Nacional da Educação para as Relações Étnico-raciais, na Lei nº 10.639/2003 e demais legislações federais, assim como fundamentado no Plano Estadual de Educação do Amapá, na Lei Estadual nº 1.196/2008, nas Resoluções estaduais nº 077/2014,

51/2012 e 025/2016 do CEE/AP, a implementação de políticas educacionais para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola têm ficado somente no papel, ou seja, no discurso e nos documentos oficiais, pois na prática, isso não tem se efetivado de fato e de direito.

Ainda quanto à educação escolar quilombola, percebemos que muita coisa ainda precisa ser feita, pois a estruturação da educação quilombola no estado do Amapá e a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 se deparam ainda com um sistema educacional complexo e deficitário já que a maioria das escolas quilombolas não tem um suporte e acompanhamento adequado. Igualmente, o acesso à continuidade da educação quilombola é muito difícil, pois muitos adolescentes, jovens e adultos saem da CRQMP por não terem acesso adequado à educação e/ou possibilidade de continuidade em seus estudos, e ainda, a realidade da educação no campo é precária e muitas vezes somente na modalidade multisseriada.

Ademais, há escassez de profissionais qualificados e com experiência com educação escolar quilombola. Acreditamos que pensar em educação quilombola no Amapá implica, portanto, entender as relações existentes no dia-a-dia das pessoas e a relação deles com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização. Entendemos que se as políticas públicas para essa população forem implantadas e avaliadas continuamente, podem trazer resultados satisfatórios na redução de desigualdades sociais, no combate à pobreza e na visibilidade dos principais problemas enfrentados por essa população.

O estudo etnográfico, juntamente com a ação colaborativa (formação continuada) por meio de Oficina Pedagógica, foi uma escolha satisfatória em nossa pesquisa, pois além de ser a culminância do processo de pesquisa de campo, foi uma forma de contribuir com a educação escolar na CRQMP. O evento nos possibilitou promover formação continuada da gestão escolar, de professores/as e da comunidade em geral sobre a Lei nº 10.639/2003, a valorização da educação para as questões raciais, bem como a conscientização por parte dos quilombolas sobre a importância da educação escolar quilombola naquela localidade. Em todo o momento das etapas do desenvolvimento da Oficina Pedagógica buscamos nos fundamentar na pedagogia indicada por Paulo Freire, ou seja, no diálogo, na reflexão crítica, no rigor metodológico, na organização e na ação coletiva.

Por meio das propostas sugeridas nas palestras da Oficina Pedagógica, foi possível a abordagem de temáticas como: história, cultura e memória do negro e da negra no Brasil, em

especial no Amapá. Além disso, a Oficina Pedagógica trouxe à tona discussões sobre racismo, discriminação, intolerância religiosa, discussão sobre o reinício e a elaboração do PPP da escola bem como a importância do patrimônio cultural africano, afro-brasileiro e afro-ameríndio.

A análise a respeito dos resultados dessa ação colaborativa indica mudanças sutis no fazer, no criar e na prática pedagógica da Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza. Só o fato de a escola proporcionar a possibilidade dos alunos e alunas participarem ativamente de ações e projetos locais já indica que houve um despertar por parte da comunidade escolar quanto à importância social e histórica da Lei nº 10.639/2003, em especial, da educação escolar quilombola.

Embora a ausência de fomento e a invisibilidade por parte do poder público na efetividade de um espaço físico adequado, de ações e/ou projetos que vislumbrem a educação escolar quilombola, a Escola Quilombola Estadual Antônio Bráulio de Souza, juntamente com a comunidade local, se mostrou aberta para novos olhares, caminhos e possibilidades. Somos conhecedores de que somente essas ações e projetos propostos na e para a comunidade escolar, não serão suficientes para melhorar a qualidade educacional local, pois também dependem, dentre outras coisas, do investimento e da efetividade de políticas educacionais quilombolas que valorizem a história, a cultura e a identidade negra.

Encerramos este trabalho reiterando a ideia de que as comunidades quilombolas precisam ser reconhecidas e tituladas enquanto espaços territoriais. Entendemos que se as políticas públicas para essa população forem implantadas e avaliadas continuamente, podem trazer resultados satisfatórios na redução de desigualdades sociais, no combate à pobreza e na visibilidade dos principais problemas enfrentados por essa população.

Da mesma forma, reiteramos a ideia de que haja valorização da riqueza, da cultura e dos conhecimentos tradicionais quilombolas, bem como uma melhor qualidade na educação escolar quilombola, na formação continuada de profissionais que atuam nessa área específica, bem como a construção e ampliação de escolas, aquisição de material didático específico voltado para a realidade local.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Coleção Questões da Nossa Época.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão e revisão por Marina Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 1.196 de 19 de fevereiro de 2008**. Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo da Educação Básica e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá nº 4210 de 14 de março de 2008. Autor Deputado Camilo Capiberibe.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Brasília: CNE, 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Publicado no D.O.U. de 20/11/2012, Seção 1, página 8. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. Reimpressão. São Paulo: EDUC, 2003.

CARREIRA, Denise. **Guia metodológico - educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Guia\\_Metodologico.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Guia_Metodologico.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferenças. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p.45-56, jan./abr.,

2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. A formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Orgs). **Formação de professores: tendências atuais**: São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 139-152.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Comunidade Quilombola do Mel da Pedreira no Amapá: protestantismo como eixo de identidade religiosa**. 2017. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo-RS, 2017.

FELDMANN, Marina Graziela. Questões Contemporâneas: mundo do trabalho e democratização do conhecimento. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão**. Campinas: Papirus, 2003, p. 127-150.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GATTI, Bernardete Angelina et al. Formação de professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos. In: **Estudos & pesquisas educacionais** – nº 1. Estudos realizados em 2007, 2008 e 2009. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2010.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SILVA, Jorge Luiz da; LONGAREZI, Andréa Maturano. Pesquisas de intervenção no campo da formação de professores: limites e possibilidades. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acer/vo/docs/2573c.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acer/vo/docs/2573c.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2014.



TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade, cultura e educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, n° 63, 1987, p. 46-50.

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&, 2001.

WARSCHAUER, Cecília. **A Roda e o Registro**: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

**Artigo recebido em 01/04/2018.**  
**Aceito para publicação em 22/05/2018.**